

Superior Tribunal de Justiça

PETIÇÃO Nº 13.007 - SP (2019/0285812-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
REQUERENTE : COMERCIAL RIBEIRO DA ROCHA LTDA
REQUERENTE : MAURO CESAR HENRIQUE RIBEIRO
REQUERENTE : VIVIANE PEREIRA DE SOUSA ROCHA
REQUERENTE : CASSIO ALMEIDA RIBEIRO
REQUERENTE : DIOGO ALMEIDA RIBEIRO
ADVOGADOS : ADRIANO MENDES FERREIRA - SP087990
LUCAS EDUARDO DELEFRATE DA SILVA DIAS - SP390307
REQUERIDO : BANCO BRADESCO S/A

DECISÃO

Trata-se de pedido apresentado por COMERCIAL RIBEIRO DA ROCHA LTDA e OUTROS, com amparo no artigo 1.029, § 5º, do CPC, objetivando a atribuição de efeito suspensivo a agravo em recurso especial pendente de envio a esta Corte.

Segundo narram os requerentes, no petitório de fls. 3-7 e-STJ, foi ajuizada ação ordinária buscando a anulação de leilão extrajudicial, alegando a nulidade da intimação por edital do demandante DIOGO ALMEIDA RIBEIRO, bem como que somente o demandante CASSIO ALMEIDA RIBEIRO teria sido intimado acerca da realização dos leilões.

A demanda foi julgada procedente (fls. 17-28 e-STJ) em primeira instância, ensejando a interposição de apelação por parte da instituição financeira, ora requerida.

O apelo foi provido em parte pela Corte de origem, "*para considerar válida a intimação por edital do apelado Diogo para purgação da mora, não havendo que se falar em anulação da consolidação da propriedade*" (fl. 36 e-STJ).

Rejeitados os aclaratórios, os requerentes interpuseram recurso especial (fls. 49-55 e-STJ), alegando violação ao artigo 26, §3º e §4º, da Lei n. 9.514/97, sustentando a nulidade de intimação.

Aduziram, em seu apelo extremo, que "*a intimação pessoal do devedor para purgação de mora é critério primário para a efetivação do ato, sendo que, somente nos casos de o fiduciante se encontrar em local ignorado, incerto e inacessível, é permissível a intimação por edital, em critério secundário*" (fl. 54 e-STJ), bem como que, **no caso**, "*o banco não esgotou todas as tentativas hábeis a intimar pessoalmente o recorrente, utilizando-se exclusivamente de endereços genéricos, os quais, sabidamente fadados ao insucesso, ensejaram a conveniente intimação por edital do proprietário do bem*" (fl. 54 e-STJ).

Inadmitido o recurso especial (fls. 56-57 e-STJ), foi interposto o respectivo agravo (fls. 58-61 e-STJ).

No presente pedido, afirmam estarem presentes os requisitos autorizadores da concessão de tutela provisória, nos termos do art. 300 do CPC/15. Defenderam que se encontra presente a plausibilidade do direito, ante nulidade da intimação editalícia, bem como o perigo na demora, tendo em vista o leilão do imóvel, a ser realizado em 23 de setembro de 2019.

É o relatório.

Decide-se.

O pedido **não comporta** acolhimento.

Superior Tribunal de Justiça

1. Salienta-se que a concessão do efeito suspensivo ao recurso especial necessita da presença concomitante dos requisitos do *fumus boni iuris* e *periculum in mora*: o primeiro relativo à plausibilidade, aferida em juízo sumário, da pretensão recursal veiculada no apelo extremo (sua probabilidade de êxito) e o segundo consubstanciado no risco de dano irreparável que, em uma análise objetiva, revele-se concreto e real.

A propósito, dispõe o artigo 300 do CPC/15, *in verbis*:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

No que se refere aos requisitos da tutela cautelar, cita-se, ainda, o seguinte julgado:

AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR. PRETENSÃO SATISFATIVA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. FUMUS BONI IURIS E PERICULUM IN MORA. RECURSO DESPROVIDO.

1. O uso da cautelar no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça é medida excepcional que visa a impedir o perecimento do direito e a consequente inutilidade do provimento jurisdicional futuro, [...].

2. Não se antevê, assim, a presença concomitante dos requisitos autorizadores da medida assecuratória, *fumus boni iuris* e *periculum in mora*, o que obsta seu seguimento no âmbito desta Corte.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg na MC 24.951/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/02/2016, DJe 05/02/2016)

Ademais, a concessão da tutela provisória, para conferir efeito suspensivo a recurso inadmitido na origem, como ocorre no presente caso, é **excepcional** e pressupõe a aferição da existência de decisão teratológica ou manifestamente contrária à jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, somada à demonstração dos requisitos da viabilidade do apelo nobre e plausibilidade do direito invocado, e do perigo da demora.

Nesse mesmo sentido, a propósito, confirmam-se:

AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR - EXTINÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR POR NÃO SE VERIFICAR A PRESENÇA CONCOMITANTE DOS CORRELATOS REQUISITOS. INSURGÊNCIA DO REQUERENTE.

1. A concessão da medida cautelar, para conferir efeito suspensivo a recurso inadmitido na origem, e objeto de agravo nos próprios autos perante esta Corte de Justiça, é excepcional e pressupõe a aferição da existência de decisão teratológica ou manifestamente contrária à

Superior Tribunal de Justiça

jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, somada à demonstração dos requisitos da viabilidade do apelo nobre e plausibilidade do direito invocado, e do perigo da demora. Precedentes do STJ.

[...]

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg na MC 23.933/ES, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 22/09/2015, DJe 25/09/2015) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. REGULARIDADE DE ACORDO FIRMADO. QUITAÇÃO DO DÉBITO. ANOTAÇÃO RESTRITIVA DE CRÉDITO INDEVIDA. CANCELAMENTO. DANO MORAL. REDUÇÃO. SÚMULA 7 DO STJ. ART. 1.022. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. SUSPENSÃO DO FEITO POR PREJUDICIALIDADE EXTERNA. NÃO OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

[...]

3. A jurisprudência firmada nesta Corte Superior é no sentido de que o deferimento de "efeito suspensivo a recurso inadmitido na origem, e objeto de agravo nos próprios autos perante esta Corte de Justiça, é excepcional e pressupõe a aferição da existência de decisão teratológica ou manifestamente contrária à jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, somada à demonstração dos requisitos da viabilidade do apelo nobre e plausibilidade do direito invocado, e do perigo da demora" (AgRg no HC 416.645/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 14/03/2018). 4. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1233074/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 29/05/2018) [grifou-se]

1.1. No caso, em sede de juízo de cognição sumária, verifica-se que a plausibilidade jurídica do pedido não está presente, pois o recurso especial, em análise perfunctória, encontra óbice na Súmula 7/STJ.

A Corte de origem considerou válida a intimação por edital por entender que foram esgotados os meios de intimação pessoal, não apenas no endereço informado no contrato, como em outras localidades.

Cita-se o trecho correspondente (fls. 31-33 e-STJ):

Analizando detidamente os autos, verifica-se que a alegação dos apelados de que o garantidor Diogo não foi devidamente intimado para a constituição da mora não pode prevalecer.

Bem se observa do documento de fls. 79 que **o escrevente do Cartório de Registro de Imóveis de Ituverava tentou, em três ocasiões, notificar Diogo nos endereços indicados no município, sendo ainda enviada notificação via Sedex para o endereço indicado na cidade de São Paulo, que retornou com a informação de que o mesmo havia se mudado.**

E o banco apelante havia indicado os seguintes endereços para a intimação: Rua Ana Jacinta de Freitas, 197, Ituverava, Rua Coronel Dionizio Barbosa Sandoval, 1009 Ituverava, e Rua Herculano de Freitas, 237, apto 23 ou 102, São Paulo (fls. 32/33).

Saliente-se que no contrato firmado entre as partes, constou como

Superior Tribunal de Justiça

endereço de Diogo apenas a Rua Ana Jacinta de Freitas, 197, Ituverava (fls. 47), o mesmo endereço informado por todos os outros devedores.

Ademais, na inicial, os apelados reconhecem que Diogo mudou o seu domicílio em dezembro de 2015 (fls. 04). No entanto, não há prova de que comunicaram referida alteração para o banco.

Portanto, a intimação por edital ocorreu corretamente por não ter sido o apelado Diogo encontrado nos endereços que declinou no contrato, conforme certificado pelo escrevente do Cartório.

[...]

E tendo-se presente que nas relações negociais há de prevalecer a boa-fé e lealdade dos contratantes, tem-se que os dados inseridos no contrato ou constantes em documentos fornecidos são os verdadeiros, cabendo, na mudança de endereço, em prestígio destes mesmos princípios, a comunicação de sua modificação, pois o direito resguarda sempre a boa-fé, não podendo privilegiar a malícia.

Portanto, é válida a notificação, pois cabia ao devedor a atualização de seus dados cadastrais junto ao banco e, omitindo-se, ofendeu ao princípio da boa-fé processual.

Saliente-se ainda que houve a publicação de 3 editais (fls. 83/88). [grifou-se]

Como se vê, diante do conteúdo fático-probatório constante dos autos, o órgão julgador **considerou válida a intimação por edital, pois esgotados os meios de intimação pessoal.**

Os insurgentes sustentam que teria sido invertida "*a ordem legal para purgação da mora, em patente ofensa ao artigo 26, §3º e 4º, da Lei nº 9.514/97*" (fl. 55 e-STJ), aduzindo que teriam sido utilizados endereços "*genéricos*" e "*fadados ao insucesso*" (fl. 54 e-STJ).

Todavia - reitera-se, em análise preliminar - derruir as conclusões a que chegou o Tribunal de origem e acolher a pretensão recursal ensejaria o necessário revolvimento das provas constantes dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, ante o óbice estabelecido pela Súmula 7/STJ.

Nesse sentido, vejam-se os precedentes desta Corte:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATOS JURÍDICOS C/C PEDIDO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA NEGAR PROVIMENTO AO APELO EXTREMO. INSURGÊNCIA DA PARTE DEMANDADA.

1. Conformidade do acórdão impugnado à jurisprudência desta Corte no sentido de que, para a consolidação da propriedade do imóvel em nome do credor fiduciário, somente admite-se a constituição em mora do devedor por edital quando esgotadas as possibilidades de intimação pessoal.

1.1. A revisão do aresto impugnado no sentido pretendido pela parte recorrente exigiria derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias sobre a irregularidade da intimação por edital no caso concreto. Incidência da Súmula 7/STJ.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1281959/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 28/06/2019)

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE IMÓVEL. LEILÃO EXTRAJUDICIAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR. NECESSIDADE. INTIMAÇÃO POR EDITAL. POSSIBILIDADE. ESGOTAMENTO DOS MEIOS PARA ENCONTRAR O MUTUÁRIO. REVER AS CONCLUSÕES DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. É necessária a intimação pessoal do devedor acerca da data da realização do leilão extrajudicial, porém é válida a notificação por edital quando esgotados os meios para a notificação pessoal. Rever as conclusões do acórdão recorrido acerca do esgotamento dos meios necessários demandaria o reexame de provas. Incidência da Súmula 7/STJ.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1422337/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/06/2019, DJe 27/06/2019)

2. Do exposto, indefere-se liminarmente o pedido de efeito suspensivo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator